

E a Constituinte parou no subsolo

Faltou *quorum*, mas lideranças traçam acordo que pode se confirmar hoje

A Assembléia Nacional Constituinte não conseguiu o quorum de maioria absoluta — 280 votos — para aprovar nem rejeitar o texto do **Centrão**, referente aos bens da União. O capítulo dois do Título III, que disciplina sobre bens de propriedade da União — entre eles, o subsolo e recursos minerais — foi submetido a votação na sessão de ontem pela manhã e atingiu 53 votos **sim**, 255 votos **não** e 29 **abstenções**. Com isso, o presidente Ulysses Guimarães suspendeu os trabalhos e convocou nova sessão para hoje, às 11 horas, quando novamente, a matéria será apreciada.

Esse é um tema que vem gerando grandes polêmicas porque o **Centrão**, em seu substitutivo, retira o subsolo e os recursos naturais, como sendo bens da União. Mas as esquerdas e parte do PMDB entendem que o assunto diz respeito à soberania da nação. Pouco antes da matéria ser colocada em votação, o deputado Octávio Elísio (PMDB-MG) fez um apelo, durante o horário destinado à comunicação de lideranças, no sentido de que, de acordo com a decisão do plenário, estaria sendo definida a soberania do País e que este era um dos temas mais sérios tratados na Assembléia Nacional Constituinte.

O parlamentar ressaltou que as jazidas só existem onde haja condições ecológicas para sua existência e que os bens minerais são esgotáveis e, por isso, são considerados importantes e estratégicos à soberania

de uma nação. Sempre muito aplaudido (pelas esquerdas e grande parte do PMDB), Octávio Elísio afirmou que constituir bens minerais como propriedade da União não significa estatização, como compreende o deputado Ricardo Flúza (PFL-PE), um dos líderes do **Centrão**, e lembrou que esse dispositivo vinha sendo incluído desde a Constituição de 1934. No final de seu discurso dirigiu-se ao plenário e fez um apelo (ao som insistente da campanha que avisava que seu tempo já estava esgotado): "Não utilizemos de artifícios, não entremos aqui com preconceitos".

Munido de dados do Departamento de Produção Mineral, o deputado Fernando Santana (PCB-BA) afirmou que setores internacionais detêm mais de 44 por cento da produção mineral brasileira e que esses grupos obtiveram 38 por cento das concessões para exploração. A partir daí, começou a relacionar vários recursos minerais cujo controle está nas mãos de empresas estrangeiras: ouro, 88 por cento; bauxita, 86 por cento; níquel, 72 por cento; prata 74 por cento; tungstênio, 57 por cento; e, amianto, 100 por cento. Em seguida, o parlamentar perguntou: "aos mineiros, o que ficou de ouro para Minas Gerais e para o Brasil?". Não ficou um só dia em mãos de brasileiros, acrescentou.

Também o deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) saiu em defesa do texto da Sistematização, que inclui esses recursos como bens

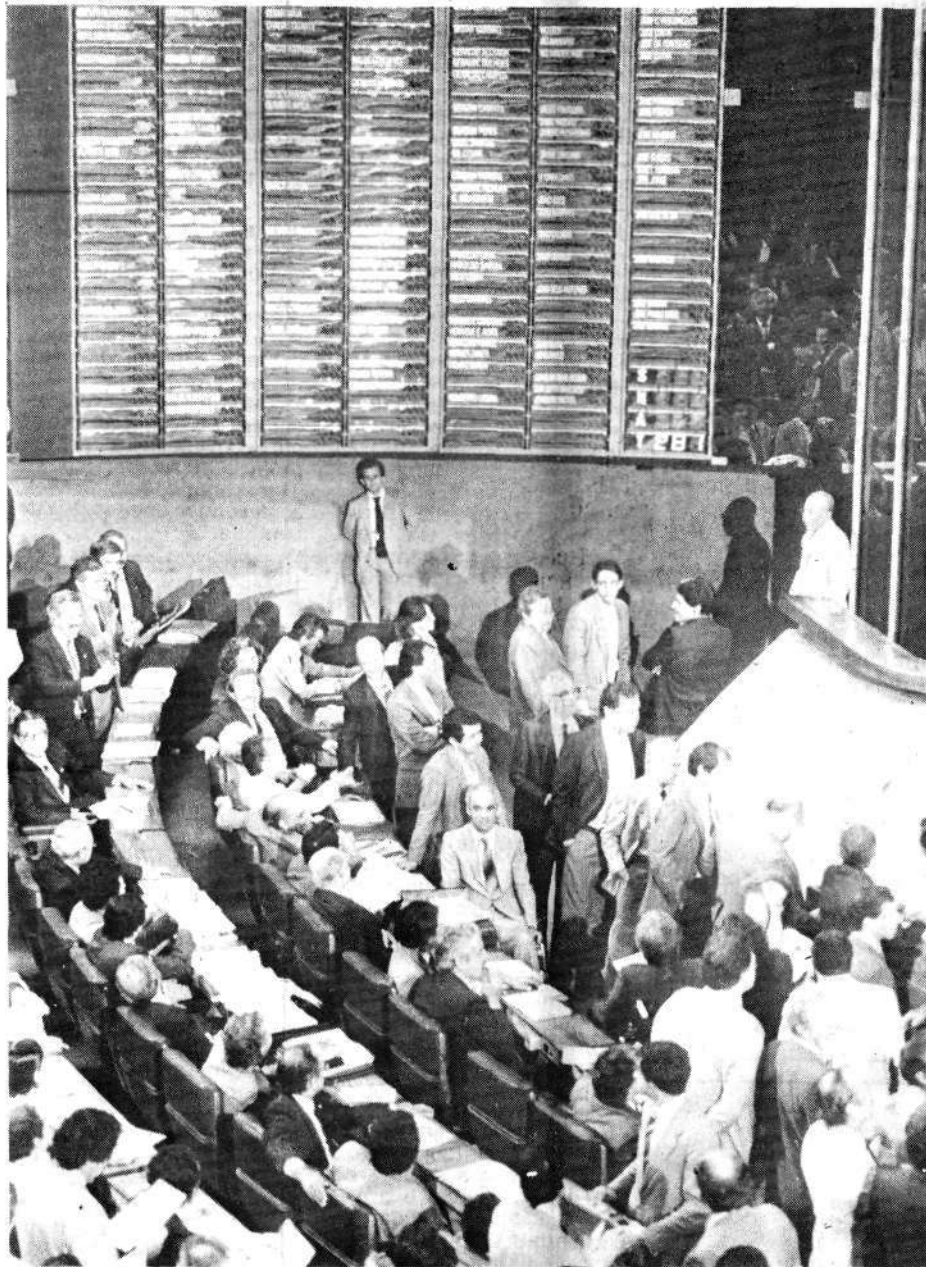
da União. "Aprovado o texto do **Centrão**, corresponderá a um retrocesso político e nacional", avisou o deputado comunista lembrando que empresas estrangeiras já fizeram fotografias aéreas do território amazônico. Aldo Arantes afirmou ainda que, além do dispositivo estar presente desde a Constituição de 34, também as Cartas do Chile, México e Peru dizem explicitamente, que seus recursos naturais são patrimônio da União. Alterado, o deputado José Lourenço (PFL-BA) homenageou o primeiro ministro da União Soviética, porque até mesmo naquele país, segundo afirmou, já foi constituída uma empresa com capital de sete bilhões de dólares, cujos sócios são empresas ocidentais, da Itália e Inglaterra, "para explorar alumínio, num país chamado União Soviética", frisou.

Encerrada a votação, quando Ulysses começava a avisar ao plenário que a matéria estava rejeitada, mal pôde concluir sua frase. O deputado Bonifácio de Andrade (PDS-MG) pegou o microfone, subitamente, e invocou o parágrafo terceiro, do artigo primeiro do regimento interno, através do qual, uma matéria não alcançando maioria absoluta, terá sua votação repetida em sessão seguinte, num espaço de 24 horas. "Essa matéria é de alta importância e peço que V. Exa. cumpra determinação regimental", pediu a Ulysses. O líder então pediu desculpas em nome da mesa.

João Menezes, que havia afirmado existir uma intenção do PMDB em preservar Ulysses numa eventual eleição ainda este ano, porque sabe que irá perder.

Por outro lado, disse: ano que vem Ulysses também não ganha porque jovens candidatos também poderão disputar a convenção como não são os casos do senador Mário Covas e do governador Orestes Quêrcia. "Vai dar cinco anos, porque o PMDB vai dar cobertura a Ulysses, e com presidencialismo mitigado. Ai ele poderá ser o primeiro ministro".

EUGÊNIO NOVAES



O número 281 apareceu no placar mas sem permitir a aprovação do texto

Crítica a Ulysses gera piadas

CLAUDIA MOEMA
Da Editoria de Política

"Eu quero saber se o serviço médico da Câmara está hoje a nossa disposição?", indagou o deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI), cercado de grande suspense, durante a sessão de ontem pela manhã da Constituinte. O presidente da Mesa, deputado Jorge Arbage (PDS-PA) avisa que irá verificar, mas Heráclito insiste na pergunta sem dizer para qual objetivo, e o plenário fica sem saber do que se tratava. Com

uma resposta afirmativa, Heráclito avisa: "é para atender o senador João Menezes que está profundamente enfermo". E o plenário caiu numa só gargalhada.

E que momentos antes, João Menezes havia discursado na Tribuna afirmando que o presidente Ulysses Guimarães não será Presidente nem este ano, nem no próximo. Como um bom amigo de Ulysses, Heráclito provocou a gozação geral. "Deve mesmo estar enfermo, para fazer parte desse circo aqui", respondeu-lhe o senador

Concessionário manterá direitos

"Temos que remover esse quase até amanhã (hoje) às 11 horas" — disse ontem o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ao sair da reunião de líderes partidários na qual praticamente ficou acertado um acordo que permitirá votar, hoje, naquele horário, a parte relacionada a solo e subsolo. A pendência é meramente formal, pois depois de cada rodada de

entendimentos os líderes saem para consultar suas bancadas.

Pelo que ficou **quase** acertado, será colocada no inciso 8º do artigo uma referência expressa a "riqueza minerais, inclusive do solo e subsolo". Antes, porém, vão aprovar o substitutivo do **Centrão** e incluir, onde der, outra emenda, a ser anunciado pelo presidente

Ulysses Guimarães, garantindo ao concessionário de lavra que toda a sua produção lhe pertencerá. Para isso, ainda, será suprimida ao inciso 4º do texto do **Centrão** uma expressão: "zona exclusiva". As consultas a esse respeito devem ter unanimidade, porque o quorum existente para a votação é apertado, como reconheceram as lideranças partidárias.